

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.994 - SC (2018/0330868-5)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
**RECORRIDO : ALVARO ANTONIO DE FIGUEIREDO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. RECUSA DE BEM NOMEADO PELO DEVEDOR COM FUNDAMENTO NA SUA BAIXA LIQUIDEZ. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA. NOMEAÇÃO DE BENS.

Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de execução fiscal, é facultada tanto ao credor como ao magistrado a recusa de bem nomeado à penhora pelo devedor, com fundamento na baixa liquidez do bem ou na inobservância da ordem legal de preferência.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para fins de prequestionamento.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente alega violação aos arts. 797, 829, 830, 831, 835 e 836 do CPC/2015, 7º, 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, asseverando que: a) inúmeras tentativas de localização de bens passíveis de constrição judicial restaram infrutíferas, sendo lícito, pois, ao credor "postular a penhora do veículo, bem com maior viabilidade de cumprir o adimplemento do crédito exequendo" (fl. 47); e b) "inexiste impedimento legal à pretensão do credor de penhora de veículo antigo, em especial porque, no caso em apreço, inexistem outros bens de maior liquidez" (fl. 49).

Não houve apresentação de contrarrazões.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fl. 54/55.

A decisão de fls. 75/76, proferida em sede de agravo, determinou a reautuação do feito como recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O Tribunal de origem entendeu válida a recusa de bem nomeado à penhora nos seguintes termos (fls. 25/26):

"Ao decidir sobre o pedido de efeito suspensivo proferi a seguinte decisão:

*Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de execução fiscal, é facultada tanto ao credor como ao magistrado a recusa de bem nomeado à penhora pelo devedor, com fundamento na baixa liquidez do bem ou na inobservância da ordem legal de preferência. (...)*

*Desta forma, entendendo o magistrado que o bem penhorado será de difícil alienação, nos termos da decisão acima citada, não merece prosperar o recurso."*

Nesse contexto, acolher a pretensão recursal, para reputar que o veículo antigo nomeado pelo executado detém liquidez suficiente à satisfação do crédito exequendo, requer o revolvimento da matéria de fato, providência interditada na via do recurso especial em razão do óbice contido na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE DEBÊNTURES DA VALE DO RIO DOCE. AFERIÇÃO DA LEGITIMIDADE, CERTEZA E LIQUIDEZ DO TÍTULO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECUSA JUSTIFICADA PELA FAZENDA PÚBLICA. DESOBEDIÊNCIA À ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 655 DO CPC. PRECEDENTES DESTA CORTE. RESP. 1.241.063/RJ, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 13/12/2011 E AGRG NO AG 1.338.231/RS, REL. MIN. CESAR ASFOR ROCHA, DJE 05.04.2011. AGRAVO REGIMENTAL DO GRUPO DE APOIO MUTUO S/S LTDA DESPROVIDO.

1. O Tribunal *a quo* concluiu serem os bens ofertados inidôneos à garantia do juízo, seja pela dificuldade de comercialização seja pelo baixo valor dos referidos títulos; dessa forma, para se chegar à conclusão diversa da firmada pelas instâncias ordinárias, seria necessário o reexame das provas carreadas aos autos, o que, entretanto, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

2. A Primeira Seção deste STJ pacificou o entendimento de que, não obstante a possibilidade de as debêntures da VALE serem nomeadas à penhora, em razão de sua baixa liquidez e difícil alienação, é válida a recusa do exequente, diante da ordem de preferência estipulada no art. 11 da Lei 6.830/80.

3. Agravo Regimental do GRAM - Grupo de Apoio Mútuo S/S Ltda. desprovido.

(AgRg no REsp 1219024/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 29/06/2012) (grifou-se)

Diante do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

